

188  
Q

**PODER JUDICIÁRIO**  
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DE PERNAMBUCO  
GABINETE DES. FRANCISCO BANDEIRA DE MELLO  
2ª CÂMARA DE DIREITO PÚBLICO

AGRAVO DE INSTRUMENTO Nº 0151350-6

AGRAVANTE: Município de Ribeirão

AGRAVADO: Companhia Energética de Pernambuco - CELPE

RELATOR: Des. Francisco Bandeira de Mello

**EMENTA:** AGRAVO DE INSTRUMENTO. CONTRIBUIÇÃO DE ILUMINAÇÃO PÚBLICA. ARRECADAÇÃO POR MEIO DE CONTAS DE ENERGIA ELÉTRICA. RETENÇÃO E UTILIZAÇÃO DO PRODUTO DA ARRECADAÇÃO PARA O PAGAMENTO DE OBRIGAÇÕES DEVIDAS PELO MUNICÍPIO À CONCESSIONÁRIA DE ENERGIA ELÉTRICA. PREVISÃO CONTRATUAL. LEGALIDADE. RECURSO IMPROVIDO. 1. A solução da controvérsia consiste em verificar, *em sede de cognição sumária*, se é legítima a pretensão do Município de Ribeirão de exigir o repasse dos valores arrecadados pela Companhia Energética de Pernambuco – CELPE a título de Contribuição de Iluminação Pública. 2. Com efeito, a insurgência do Município de Ribeirão encontra óbice no instrumento contratual firmado com a Companhia Energética de Pernambuco – CELPE, o qual fixa as condições de arrecadação e de repasse da Contribuição de Iluminação Pública. 3. Nesse contexto, a análise das cláusulas contratuais impugnadas indica que a CELPE passou a assumir a responsabilidade de arrecadar a Contribuição de Iluminação Pública através das contas de energia elétrica emitidas em relação a cada imóvel ligado à rede de distribuição de energia elétrica. 4. Como contraprestação, o Município de Ribeirão assumiu a obrigação de pagar em benefício da CELPE o percentual de 5% (cinco por cento) sobre a importância total arrecadada a título de Contribuição de Iluminação Pública. 5. Além disso, há expressa previsão contratual (cláusula quarta) autorizando a CELPE a realizar a retenção e utilização do produto da arrecadação da Contribuição de Iluminação Pública para o pagamento de obrigações vencidas e devidas pelo Município à concessionária de energia elétrica. 6. Por sua vez, a Lei Municipal nº. 1.361/2004 respalda o acordo firmado entre as partes. 7. Assim, o Município de Ribeirão decidiu *optar* pela utilização da estrutura operacional de que dispõe a CELPE com vistas a realizar a arrecadação da Contribuição de Iluminação Pública através das contas de energia elétrica emitidas pela concessionária. 8. Em verdade, a opção por tal via de cobrança não revela qualquer ilegalidade ou violação ao interesse público. 9. O Município de Ribeirão não está, a princípio, obrigado a realizar cobrança de tal contribuição através das notas fiscais/contas de energia elétrica emitidas pela CELPE. 10. De fato, os recursos oriundos da arrecadação da Contribuição de Iluminação Pública devem ser recolhidos aos cofres municipais, cabendo, portanto, ao Município de Ribeirão definir a forma de arrecadação que melhor atenda ao interesse público. 11. Sendo assim, pode o ente municipal optar por não delegar tal atividade à concessionária de energia elétrica, passando a executar diretamente a cobrança da Contribuição de Iluminação Pública através dos órgãos que compõem a sua Administração Direta. 12. Todavia, uma vez manifestado o interesse de atribuir a arrecadação da contribuição em comento à concessionária de energia elétrica, não cabe ao Poder Judiciário modificar cláusulas contratuais legalmente fixadas entre as partes. 13. Não se revela admissível, portanto, a pretensão de desconsiderar a cláusula que autoriza a compensação de débitos e créditos por parte da CELPE, sob pena de violar o equilíbrio econômico-financeiro contratual em prejuízo da concessionária de





189  
a

**PODER JUDICIÁRIO**  
**TRIBUNAL DE JUSTIÇA DE PERNAMBUCO**  
**GABINETE DES. FRANCISCO BANDEIRA DE MELLO**  
**2ª CÂMARA DE DIREITO PÚBLICO**

serviço público e, em última análise, do próprio interesse público. **14.** Desse modo, não se verifica a existência de qualquer vício de consentimento por parte do Município de Ribeirão ou qualquer onerosidade excessiva a ser suportada pelo ente municipal. **15.** Recurso improvido, à unanimidade.

**ACÓRDÃO**

Vistos, relatados e discutidos os presentes autos do Agravo de Instrumento nº 0151350-6, acima referenciado, acordam os Desembargadores integrantes da 2ª Câmara de Direito Público deste Tribunal de Justiça, por unanimidade dos votos, em negar provimento ao recurso, nos termos do voto do relator, que integra o acórdão.

Recife, 29 de maio de 2014 (data do julgamento).

  
**Des. Francisco Bandeira de Mello**  
Relator



**PODER JUDICIÁRIO**  
**TRIBUNAL DE JUSTIÇA DE PERNAMBUCO**  
**GABINETE DES. FRANCISCO BANDEIRA DE MELLO**  
**2ª CÂMARA DE DIREITO PÚBLICO**

**AGRAVO DE INSTRUMENTO Nº: 0151350-6**

**AGRAVANTE: Município de Ribeirão**

**AGRAVADO: Companhia Energética de Pernambuco - CELPE**

**RELATOR: Des. Francisco Bandeira de Mello**

**RELATÓRIO**

Trata-se de **Agravo de Instrumento** interposto pelo **Município de Ribeirão** em face da decisão proferida pelo Juízo de Direito da 8ª Vara da Fazenda Pública da Comarca da Capital que, nos autos da Ação Ordinária nº. 0016121-14.2007.8.17.0001, indeferiu o seu pedido de antecipação dos efeitos da tutela.

Em breve retrospecto, observa-se dos autos que o ora agravante interpôs a referida Ação Ordinária com o objetivo de condenar a Companhia Energética de Pernambuco – CELPE a realizar o repasse, em benefício do Município de Ribeirão, dos valores arrecadados a título de Contribuição de Iluminação Pública, além de obter indenização por perdas e danos.

Para tanto, o Município de Ribeirão alega que *“por meio de um contrato que macula a ordem jurídica, eis que eivado de vício de consentimento, e ainda traz lesão enorme ao Município de Ribeirão, pois num passe de mágica vem tendo retidos os valores referentes à CIP por parte da CELPE/Agravada, eis que a seu bel prazer faz um encontro de contas com supostos débitos, por sinal inexistentes, e a priva de seus próprios recursos, tornando deveras ingovernável a entidade municipal, pois desta forma impossível cumprir as determinações da Lei de Responsabilidade Fiscal”*.

Nesse sentido, o agravante sustenta que *“a atitude da CELPE em reter os valores da CIP (Contribuição de Iluminação Pública) trará o caos aos Município de Ribeirão/Agravante, pois ainda que haja previsão contratual neste sentido, convém elucidar que qualquer contrato firmado com a Ré é, sem dúvida, de adesão, pois não há discussão de quaisquer cláusulas”*.

Por outro lado, a Companhia Energética de Pernambuco – CELPE suscita a *“existência de contrato firmado entre as partes, no qual o poder municipal, com permissivo encartado na lei municipal n.º 1.1361/2004, autorizou expressamente a Companhia de Energia Elétrica a promover com a compensação dos valores arrecadados a título de Contribuição de Iluminação Pública quando a edilidade se apresentasse devedora dessa concessionária de energia elétrica”*.

Ademais, defendendo a inexistência de vício de consentimento no aludido contrato, afirma que *“ao contrário da pretensão do Município, que parece desejar utilizar os recursos arrecadados a título de CIP para fins diversos do colimado pelo legislador constitucional, a compensação efetivada pela CELPE garante que este numerário seja utilizado para o fim ao qual se encontra legalmente vinculado”*.



**PODER JUDICIÁRIO**  
**TRIBUNAL DE JUSTIÇA DE PERNAMBUCO**  
**GABINETE DES. FRANCISCO BANDEIRA DE MELLO**  
**2ª CÂMARA DE DIREITO PÚBLICO**

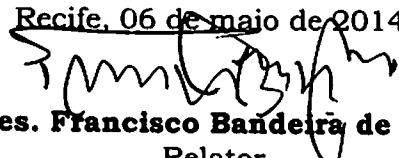
Nesta sede recursal, o agravante requer que a Companhia Energética de Pernambuco – CELPE seja obrigada a repassar os valores arrecadados a título de Contribuição de Iluminação Pública ao Município de Ribeirão.

A douta Procuradoria de Justiça opinou (fls. 147-151) pelo provimento do presente recurso.

É o relatório.

Inclua-se em pauta, para julgamento oportuno.

Recife, 06 de maio de 2014.

  
**Des. Francisco Bandeira de Mello**  
Relator



)90  
2

**PODER JUDICIÁRIO**  
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DE PERNAMBUCO  
GABINETE DES. FRANCISCO BANDEIRA DE MELLO  
2ª CÂMARA DE DIREITO PÚBLICO

AGRAVO DE INSTRUMENTO Nº: 0151350-6

AGRAVANTE: Município de Ribeirão

AGRAVADO: Companhia Energética de Pernambuco - CELPE

RELATOR: Des. Francisco Bandeira de Mello

**VOTO**

A solução da controvérsia consiste em verificar, *em sede de cognição sumária*, se é legítima a pretensão do Município de Ribeirão de exigir o repasse dos valores arrecadados pela Companhia Energética de Pernambuco - CELPE a título de Contribuição de Iluminação Pública.

De logo, observa-se que a pretensão do agravante não merece acolhida.

Com efeito, a insurgência do Município de Ribeirão encontra óbice no instrumento contratual (fls. 108-110) firmado com a Companhia Energética de Pernambuco - CELPE, o qual fixa as condições de arrecadação e de repasse da Contribuição de Iluminação Pública.

Nesse contexto, cumpre transcrever as seguintes cláusulas do mencionado contrato:

**DO OBJETO**

**CLÁUSULA PRIMEIRA** – O presente contrato tem por finalidade a prestação, pela CELPE, em nome e por conta do Município, dos serviços de faturar e arrecadar, através da Nota Fiscal/Conta Mensal de energia elétrica, a Contribuição para custeio dos serviços de Iluminação Pública – CIP, doravante denominada simples Contribuição, instituída e cobrada pelo Município aos seus munícipes, pela prestação dos serviços de Iluminação Pública, assim como estabelecer condições básicas mediante as quais a CELPE arrecadará e repassará a referida Contribuição.

(...)

**DA CONTRIBUIÇÃO DE ILUMINAÇÃO PÚBLICA**

**CLÁUSULA SEGUNDA** – A CELPE arrecadará a Contribuição através das Notas Fiscais/Contas de Energia Elétrica de cada consumidor residentes ou ocupantes, proprietários ou possuidores, a qualquer título, de imóveis beneficiados e ligados à rede de distribuição da CELPE.

(...)

**DAS RESPONSABILIDADES**

**CLÁUSULA TERCEIRA** – A CELPE repassará até o último dia do mês seguinte à Tesouraria da Secretaria de Finanças do Município, deduzido o valor das Notas Fiscais/Conta de Energia Elétrica de responsabilidade do Município, o saldo positivo, se houver, do produto de arrecadação da Contribuição do mês anterior, através de demonstrativo adequado, creditando este valor através de depósito em conta corrente específica a ser definida junto ao Banco do Brasil.

**CLÁUSULA QUARTA** – O município desde já autoriza a CELPE a reter o produto da Contribuição arrecadada, para a liquidação de quaisquer obrigações vencidas a mais de 5 dias, do Município, para com a CELPE, relativos ao fornecimento de energia elétrica, execução dos serviços de manutenção da Iluminação Pública, incluindo-se a melhoria e a ampliação das instalações elétricas, bem como os





191  
e

**PODER JUDICIÁRIO**  
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DE PERNAMBUCO  
GABINETE DES. FRANCISCO BANDEIRA DE MELLO  
2ª CÂMARA DE DIREITO PÚBLICO

**encargos financeiros destinados a suprir a expansão e modernização do sistema de iluminação pública e/ou decorrentes do fornecimento de energia elétrica a unidades de consumo do Município, obrigando-se a CELPE, nesta hipótese, a informar ao município, a relação das faturas em atraso que deram origem à retenção e quitação. CLAÚSULA QUINTA – O Município pagará a CELPE no ato do recolhimento da importância total arrecadada da Contribuição o percentual de 5% (cinco por cento) sobre o valor arrecadado para fazer face aos custos operacionais, objeto do presente contrato.**

(...)

(Grifou-se)

Como se vê, o “Contrato de Arrecadação CIP – OACA-006/2004” (fls. 108/110) informa que a CELPE passou a assumir a responsabilidade de arrecadar a Contribuição de Iluminação Pública através das contas de energia elétrica emitidas em relação a cada imóvel ligado à rede de distribuição de energia elétrica.

Como contraprestação, o Município assumiu a obrigação de pagar em benefício da CELPE o percentual de 5% (cinco por cento) sobre a importância total arrecadada a título de Contribuição de Iluminação Pública.

Além disso, há expressa previsão contratual (cláusula quarta) autorizando a CELPE a realizar a retenção e a utilização do produto da arrecadação da Contribuição de Iluminação Pública para o pagamento de obrigações vencidas e devidas pelo Município de Ribeirão à concessionária de energia elétrica.

Por sua vez, a Lei Municipal nº. 1.361/2004 respalda o acordo firmado entre as partes, *in verbis*:

Art. 6º - Os valores da CIP definidos no Art. 4º serão atualizados no mesmo percentual em que for reajustada a tarifa de fornecimento de energia elétrica para iluminação pública determinada pela Agência Nacional de Energia Elétrica – ANEEL, entrado em vigor durante o ciclo de faturamento posterior a sua publicação.

Parágrafo Único – O Poder Executivo fica autorizado a celebrar contrato ou convênio com a empresa concessionária ou permissionária de energia elétrica local, para promover e regulamentar a arrecadação da Contribuição para Custeio de Iluminação Pública – CIP.

(Grifou-se)

Assim, o Município de Ribeirão decidiu *optar* pela utilização da estrutura operacional de que dispõe a CELPE com vistas a realizar a arrecadação da Contribuição de Iluminação Pública, através das contas de energia elétrica emitidas pela concessionária.

A opção por tal via de cobrança não revela qualquer ilegalidade ou violação ao interesse público.

No ponto, é necessário ressaltar que o Município de Ribeirão não está, a princípio, obrigado a realizar cobrança de tal contribuição por meio das notas fiscais/contas de energia elétrica emitidas pela CELPE.



192  
a

**PODER JUDICIÁRIO**  
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DE PERNAMBUCO  
GABINETE DES. FRANCISCO BANDEIRA DE MELLO  
2ª CÂMARA DE DIREITO PÚBLICO

De fato, os recursos oriundos da arrecadação da Contribuição de Iluminação Pública devem ser recolhidos aos cofres municipais, cabendo, portanto, ao Município de Ribeirão definir a forma de arrecadação que melhor atenda ao interesse público.

Sendo assim, pode o ente municipal optar por não delegar tal atividade à concessionária de energia elétrica, passando a executar diretamente a cobrança da Contribuição de Iluminação Pública, por intermédio dos órgãos que compõem a sua Administração Direta.

Todavia, uma vez manifestado o interesse de atribuir a arrecadação da contribuição em comento à concessionária de energia elétrica, não cabe ao Poder Judiciário modificar cláusulas contratuais legalmente fixadas entre as partes, mormente quando não se visualiza, em juízo de cognição sumária, eiva de ilegalidade.

Deveras, não vislumbro a existência de qualquer vício de consentimento por parte do Município de Ribeirão ou qualquer onerosidade excessiva a ser suportada pelo ente municipal, eis que os recursos arrecadados destinam-se, *mesmo*, ao custeio da *iluminação pública* (sendo certo que o Município em momento algum *nega* o fato de que as retenções efetuadas pela Celpe efetivamente guardam pertinência às despesas de iluminação pública).

Mantém-se, assim, o dever do Município de respeitar as cláusulas convencionadas pelo prazo fixado no instrumento contratual, não sendo possível determinar que a CELPE seja obrigada a repassar os valores arrecadados a título de Contribuição de Iluminação Pública.

Não se trata de *privilegiar* o pagamento de créditos da Celpe em face do Município, mas sim de manter o equilíbrio contratual da sistemática de arrecadação escolhida pelo próprio Município.

Por todo o exposto, **nego provimento** ao **Agravo de Instrumento**, mantendo a decisão recorrida em todos os seus termos.

É como voto.

Recife, 29 de maio de 2014.  
  
Des. Francisco Bandeira de Mello  
Relator